



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM

FEAM	
PROTOCOLO Nº	072182/2011
DIVISÃO:	PEO
MAT.:	
VISTO:	

67
ILNº
FUNDACÃO ESTADUAL
MEIO AMBIENTE

PARECER JURÍDICO

AUTUADO: CAL FERREIRA LTDA	RECURSO
PROCESSO Nº 000092/1992/005/1999	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 180/1999	
TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVÍSSIMA	
PORTE: PEQUENO	
ANTECEDENTE: AI Nº 116/1992	

I – RELATÓRIO

A CAL FERREIRA LTDA foi autuada em 20.07.1999 pela prática da infração gravíssima tipificada no art. 19, § 3º, item 2, do Decreto 39.424/98:

Art. 19(...)

§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:

(...)

2 - descumprir determinação formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas quando do licenciamento;

O autuado não apresentou Defesa.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 11.10.2001, pela Câmara de Atividades Minerárias, multa no valor de 40.000 UFIRs e foi aprovada moção ao GCFAI para que se fizesse cumprir a Deliberação COPAM 075/95 e fosse encaminhada notificação ao Ministério Público.

Foi apresentado Pedido de Reconsideração tempestivo. Em 24.06.2010, a URC COPAM do Alto São Francisco indeferiu o Pedido de Reconsideração, porém alterou o valor da multa para R\$ 20.000,00.

O autuado apresentou Recurso tempestivo.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por “descumprir determinação formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas quando do licenciamento.” (fl.02)

No Recurso o autuado alega, em síntese, que:

- O local vistoriado estava devidamente autorizado pelo DNPM para prática de atividade mineraria (Processo DNPM 810680/73)

4



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



- A empresa acatou a determinação de atividades do COPAM e não está realizando atividades de mineração na área acobertada pelo Alvará de Pesquisa nº 3364/93.

- O que o fiscal da FEAM identificou como gruta, foi considerado pelos trabalhos de espeleologia como uma fenda de formação calcária.

- Foi emitida guia de pagamento de multa sobre uma área que sequer consta no auto de Infração, sendo que o autuado desconhece qualquer infração ligada a tal área.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

Com efeito, o autuado não apresentou quaisquer fatos novos capazes de alterar o posicionamento desta Procuradoria.

O laudo técnico apresentado pelo empreendimento junto ao Pedido de Reconsideração foi analisado pela área técnica no Parecer Técnico DINME 282/2003 (fsl. 31/32), incluindo todos os argumentos expostos pela recorrente, sendo que a conclusão técnica foi no sentido de que a empresa não apresentou argumentos ou justificativas que descaracterizassem a infração cometida.

Nesse aspecto, não se vislumbra qualquer violação ao devido processo legal ou a ampla defesa, conforme argúi o recorrente. No aspecto jurídico, o recorrente não apresentou argumentos passíveis de reforma da decisão anterior, que deve ser mantida nos seus termos.

III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o indeferimento do Recurso, mantida a multa aplicada no valor de R\$ 20.000,00, nos termos do disposto nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008 e do art. 19, § 3º, item 2, do Decreto 39.424/98.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2011.

Autor: Daniel de Magalhães Pimenta Consultor Jurídico OAB/MG 98.643	Assinatura:
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura:

Rosanilda da Lagoa Gonçalves Amada
Analista Ambiental / FEAM

-9